

PROJETO DE LEI MUNICIPAL N° 082, DE 26 DE ABRIL DE 2013.

“Cria adicional de função a ser pago ao servidor designado para a função de Pregoeiro, na condução de processos licitatórios sob esta modalidade, e dá outras providências.”

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Eldorado do Sul aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º É criado o adicional de função para servidor designado para atuar como pregoeiro na condução de processos licitatórios na modalidade Pregão realizados pela Prefeitura Municipal.

§ 1º O adicional de função será concedido pelo Prefeito Municipal, através de Portaria por tempo determinado, no momento em que designar servidor da Municipalidade para atuar na função de Pregoeiro.

§ 2º O valor estabelecido para o adicional de função é de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do padrão do servidor designado para desempenhar a função.

Art. 2º O adicional de que trata esta Lei não incorporará ao vencimento do servidor e as licenças previstas no Estatuto do Servidor Público de Eldorado do Sul, cessando o pagamento, quando cessar a atividade na função.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 26 de abril de 2013.

SÉRGIO MUNHOZ
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschewski
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 082, de 26 de abril de 2013, que “Cria adicional de função a ser pago ao servidor designado para a função de Pregoeiro, na condução de processos licitatórios sob esta modalidade.”

A presente proposta tem por objetivo conceder uma melhor remuneração ao servidor designado pela municipalidade para exercer a função de pregoeiro e conduzir os processos licitatórios nesta modalidade.

A função de pregoeiro implica em aumento de uma série de atribuições e responsabilidades ao servidor.

É sabido que o servidor designado para a função, além das atividades que deve desempenhar previstas para o seu cargo, recebe um significativo aumento de atividades, funções e trabalho para conduzir os pregões.

Inobstante, segundo a legislação, o pregoeiro responde civil e criminalmente pela tomada de decisões na condução do processo.

Atualmente, o pregoeiro recebe um adicional de R\$ 300,00 (trezentos reais) sobre o seu vencimento, o que não é proporcional ao aumento das funções.

Diante disto, entendemos ser cabível uma melhor remuneração ao servidor que desempenha esta função, a fim de compensar o aumento das atividades e de riscos envolvidos, além de servir como estímulo para a atividade.

Importante referir que o Poder Executivo estará promovendo algumas mudanças administrativas e funcionais para condução das licitações sob a modalidade pregão, no sentido de nomear um menor número de pregoeiros e assim ocasionar economia ao erário, bem como centralizá-los no Departamento de Compras e Licitações e, desta forma, ganhar em agilidade.

Por fim, salienta-se que, nos termos do Art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário financeiro para a criação do adicional em tela, posto que a despesa será por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Sendo assim, contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal